

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº , DE 2011
(Do Sr. Delegado Protógenes)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a iniciativa da Polícia Federal de transferir para empresas privadas a responsabilidade de controlar quem entra e quem sai do País

Senhor presidente:

JUSTIFICAÇÃO

O Presente requerimento tem por finalidade debater a iniciativa da Polícia Federal de transferir para empresas privadas a responsabilidade de controlar quem entra e quem sai do País.

As terceirizações dos serviços públicos estratégicos têm sido desastrosas e preocupantes.

O mínimo que se pode esperar de empresas sob o controle do governo é que cumpram as leis em vigor, incluindo a legislação trabalhista. Sob esse aspecto, o Sistema Petrobrás tem sido um mau exemplo, com 291 mil funcionários terceirizados, um número para o qual não existe justificativa válida.

As terceirizações têm limites, não sendo recomendável estendê-la, por exemplo, às áreas estratégicas de atuação, de segurança e fiscalização das operações, que devem ser executadas por integrantes do quadro da própria empresa.

Outro caso preocupante é o da Polícia Federal, segundo matéria publicada na revista ISTO É DO DIA 25/05/2011 INTITULADA "Para cortar custos e sem ouvir o Congresso, a PF

simplesmente transferiu para empresas privadas a responsabilidade de controlar quem entra e quem sai do País”

“Quem desembarca no aeroporto internacional de Guarulhos (SP), o mais movimentado do Brasil, acredita que está sendo recebido por treinados agentes da Polícia Federal ao apresentar seus passaportes para entrar oficialmente no País. Mas, na verdade, os funcionários que checam e carimbam os documentos de viagem, fazem entrevistas de imigração e vistoriam bagagem em busca de drogas e armas são pessoas comuns, funcionários de uma empresa privada, sem nenhum treinamento ou compromisso com a defesa da soberania do Estado. O caso de Guarulhos não é uma exceção. Hoje, empresas prestadoras de serviço dominam o controle migratório nos aeroportos, portos e até postos de fronteira. Parece óbvio, mas entregar a terceiros a fiscalização de quem entra ou sai do País é temerário e põe em risco à segurança nacional. A fiscalização deficiente é o paraíso para traficantes, imigrantes ilegais, criminosos procurados pela Interpol e terroristas, que podem transitar livremente por aqui sem que as autoridades de plantão tomem conhecimento. Enquanto o resto do mundo está debruçado em soluções para reforçar a segurança de suas fronteiras, por aqui o governo terceiriza o controle de passaportes e imigração nos aeroportos, uma atividade que nunca deveria ter saído das mãos da Polícia Federal. Hoje, estima-se que a PF gaste mais de R\$ 100 milhões para transferir a responsabilidade a empresas privadas de um serviço que deveria ser executado por ela de acordo com a Constituição Brasileira

Nesse sentido requeiro que seja instalada Audiência Pública na primeira quinzena do mês de junho de 2011 e que sejam convidados, o ex-diretor da Polícia Federal Luiz Fernando Corrêa, a delegada Silvano Mendes Gouvêa, Francisco Sabino—Presidente da FENAPEF e o Sr. Telmo Corrêa - Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Federal do Estado do Rio de Janeiro

Sala das Sessões, em de maio de 2011.

DELEGADO PROTÓGENES
Deputado Federal – PCdoB/SP

